

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2019

BLOCO LIBERDADE E PROGRESSO (PSD, PSL, PTB, PATRI, PRP e DEM)	
Líder	Deputado Cássio Soares
Vice-Líderes	Deputado Delegado Heli Grilo Deputado Doorgal Andrada Deputada Ione Pinheiro Deputado Zé Reis

BLOCO DEMOCRACIA E LUTA (PT, PR, Rede, Psol, Pros e PCdoB)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputada Andréia de Jesus Deputada Ana Paula Siqueira Deputado Elismar Prado Deputado Léo Portela

BLOCO MINAS TEM HISTÓRIA (MDB, PV, PRB, PDT, PODE e DC)	
Líder	Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes	Deputado Charles Santos Deputado Glaycon Franco Deputado Douglas Melo Deputado Neilando Pimenta

BLOCO SOU MINAS GERAIS (PSDB, PPS, PP, PSC, NOVO, AVANTE, PSB, SOLIDARIEDADE e PHS)	
Líder	Deputado Gustavo Valadares
Vice-Líderes	Deputado Fávio Avelar de Oliveira Deputado Fernando Pacheco Deputado Gil Pereira Deputado Raul Belém Deputado Tito Torres

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Inácio Franco

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Ulysses Gomes

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Luiz Humberto Carneiro
Vice-Líderes	Deputado Guilherme da Cunha Deputado Bosco Deputado Roberto Andrade Deputado Coronel Sandro Deputado Gustavo Mitre

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	Presidente
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputado Raul Belém	PSC – BSMG	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	Vice-Presidente
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	

MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH
Deputado Bosco	Avante – BSMG
Deputada Leninha	PT – BDL
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BMTH	Presidente
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Zé Reis	PSD – BLP	
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	Presidente
Deputado Zé Reis	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputado Charles Santos	PRB – BMTH	
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	
Deputado André Quintão	PT – BDL	

Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	Avante – BSMG	Presidente
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	
Deputado Mauro Tramonte	PRB – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bartô	Novo – BSMG	Presidente
Deputado Cleitinho Azevedo	PPS – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BDL	Presidente
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	Vice-Presidente
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputada Leninha	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	Presidente
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado Doutor Paulo	PATRI – BLP	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BMTH	
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Thiago Cota	MDB – BMTH	Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	Vice-Presidente
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	

Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP
Deputada Leninha	PT – BDL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Leninha	PT – BDL	Presidente
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	Vice-Presidente
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	Presidente
Deputado Betão	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Bartô	Novo – BSMG	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputada Leninha	PT – BDL	
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	

Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Mauro Tramonte	PRB – BMTH	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Hely Tarquínio	PV – BMTH	Presidente
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG	Presidente
Deputado Raul Belém	PSC – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	
Deputado Gustavo Mitre	PSC – BSMG	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BLP	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	Vice-Presidente

Deputado André Quintão	PT – BDL
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	Presidente
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputado Gustavo Mitre	PSC – BSMG	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	Presidente
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	

Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG
Deputado Charles Santos	PRB – BMTH
Deputado André Quintão	PT – BDL

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	
Deputado Doutor Paulo	Patri – BLP	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
Deputado Professor Irineu	PSL – BLP	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	Presidente
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	
Deputado Léo Portela	PR – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Bartô	Novo – BSMG	
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	Presidente
Deputado André Quintão	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Léo Portela	PR – BDL	Presidente
Deputado Professor Irineu	PSL – BLP	Vice-Presidente
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	
Deputado Cleitinho Azevedo	PPS – BSMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputado Charles Santos	PR – BDL	

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões

- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 5 – MANIFESTAÇÕES
- 6 – PRONUNCIAMENTOS
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 8 – ERRATA



ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/4/2019

Às 11h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 579 e 567/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.377/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação financeira do Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais, especialmente quanto aos reflexos na rede de atendimento e convênios;

nº 1.378/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para determinar a transferência do Sr. Roberto Vieira Soares, agente de segurança penitenciário, Masp 1.204.052-3, atualmente lotado no presídio de Araçuaí, para a penitenciária ou presídio de Teófilo Otôni;

nº 1.381/2019, dos deputados Mauro Tramonte, Alencar da Silveira Jr., André Quintão, Betão, Bruno Engler, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Celinho Sintrocel, Coronel Sandro, Coronel Henrique, Delegado Heli Grilo, Doutor Jean Freire, Elismar Prado, João Leite, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Professor Irineu, Professor Wendel Mesquita, Sávio Souza Cruz e Zé Guilherme e das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que promova a nomeação dos candidatos aprovados em todas as etapas do concurso público para o cargo de investigador da Polícia Civil, Edital 2014, tendo em vista o elevado déficit de investigadores, o que torna inviável a preservação da ordem pública;

nº 1.384/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Administração Pública para debater a elaboração de proposição que trate da Lei Orgânica do Sistema Prisional;

nº 1.394/2019, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja realizada audiência de convidados para a entrega do voto de congratulações à equipe de policiais civis do Núcleo Correccional e Agência de Inteligência do 15º Departamento de Polícia Civil, com sede em Teófilo Otôni, composta pelo delegado Rodrigo Marques Colen, pelos investigadores Cristiano Augusto Matos Neiva, Magno Ferreira Silva e Thales Nola Borges e pela escrivã Karoline Morgana de Souza, pela atuação nas Operações Bom Samaritano, Investigação dos Terrenos, 1ª Delação Premiada, Doce Amargo e Tarja Preta, na Região do Vale do Mucuri;

nº 1.395/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Léo Portela, em que requerem seja formulada manifestação de aplauso às assessoras de Apoio às Comissões Elizabete Nunes de Jesus, Matr. 18171-4, e Flávia Silva Pinheiro, Matr. 18136-6, às consultoras Ana Luz Ledic, Matr. 18643-0, Elisabete Barbosa Gimenez, Matr. 18654-6, Harmonia Silva Nicolino, Matr. 18124-2, e Michelle Gabriela Diniz, Matr. 24053-2, e ao consultor Matheus Miranda de Oliveira, Matr. 24051-6, pelo relevante trabalho de assessoramento prestado à Comissão de Segurança Pública, no biênio 2017-2018;

nº 1.398/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe de policiais civis do Núcleo Correccional e Agência de Inteligência do 15º Departamento de Polícia Civil, com sede em Teófilo Otoni, composta pelo delegado Rodrigo Marques Colen, pelos investigadores Cristiano Augusto Matos Neiva, Magno Ferreira Silva e Thales Nola Borges e pela escritã Karoline Morgana de Souza, pela atuação nas operações Bom Samaritano, Investigação dos Terrenos, 1º Delação Premiada, Doce Amargo e Tarja Preta, na Região do Vale do Mucuri.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Bruno Engler.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/4/2019

Às 9h38min, comparece na Sala das Comissões a deputada Andréia de Jesus, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Virgílio Guimarães. Havendo número regimental, a presidente, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a atual situação da Mesa Estadual de Dialogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e a situação de mediação de conflitos fundiários no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Gabriela de Araújo Diniz, superintendente de Direitos Humanos, representando a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, assessora da Secretaria de Estado de Governo – Segov –, representando o assessor de Diálogo Social da Segov; Janaína de Andrade Dauro, promotora de justiça das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Apoio Comunitário e Conflitos Possessórios Urbanos – CaoDH; Bella Gonçalves, vereadora de Belo Horizonte; e os Srs. Fernando Tadeu David, ex-coordenador da Mesa de Diálogo da Seplag; Magid Figueiredo Ali, diretor de habitação da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab –, representando o presidente da companhia; Lacerda dos Santos Amorim, coordenador do Movimento Luta Popular e coordenador da Ocupação Willian Rosa; Fábio Alves, professor; Gilvander Luis Moreira, coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais – CPT-MG; Vanderlei Curuzu, da Ocupação Chico Rei. A presidente, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/4/2019

Às 18 horas, comparece na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e suspende os trabalhos. Às 18h13min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Beatriz Cerqueira que, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes das atividades minerárias em Itabirito e região, bem como as reiteradas violações de direitos humanos dos atingidos pela mineração nessas localidades, e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Júlia Gomes Andrade, coordenadora do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM; Andressa Rodrigues, atingida pela tragédia em Brumadinho; e Eliane Santos Silva, vice-presidente da Associação do Bairro Marzagão, representando Fabrício Guilherme Gonçalves e Conceição, membro da Comissão de Atingidos pela Mineração de Itabirito; e os Srs. Fábio José Alves Garrido, diretor estadual do Sind-UTE-MG em Ouro Preto; Marcelo Klein, gerente executivo da Vale S.A.; e André Sperling Prado, coordenador de Inclusão e Mobilização Social – Cimos – do Ministério Público do Estado. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária a realizar-se amanhã, 16/4, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Leninha, presidente – André Quintão.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/4/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 367/2019, do governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências. (Faixa constitucional.) (Urgência). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.085, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 2/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.238, que altera as Leis nºs 4.747, de 1968, 5.960, de 1972, 6.763, de 1975, 14.937, de 2003, 15.424, de 2004, e 21.527, de 2014. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 3/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.158, que dispõe sobre as associações de socorro mútuo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 4/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.161, que altera o art. 2º da Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 5/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.195, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 6/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.200, que dispõe sobre a resposta à solicitação dirigida a órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 7/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.201, que determina que os veículos destinados ao serviço de segurança e saúde públicas do Estado sejam equipados com dispositivo que permita sua geolocalização. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.208, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 10/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.230, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hipermercados, supermercados, atacadistas e estabelecimentos varejistas congêneres identificarem de forma destacada produtos provenientes da agricultura familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 17/4/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 770/2019, do deputado Braulio Braz.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 96/2015, do deputado Fred Costa, e 2.509/2015, do deputado Elismar Prado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 619/2019, do deputado Bruno Engler, e 714/2019, do deputado Professor Cleiton.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.782/2016, do deputado Léo Portela; 5.204/2018, do deputado Léo Portela; 5.332/2018, da deputada Rosângela Reis; 5.370/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 5.430/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; e 422 a 424/2019, do deputado João Magalhães.

Requerimentos n°s 744 e 745/2019, do deputado Bosco; e 763/2019, do deputado Professor Irineu.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação dos moradores de São Sebastião das Águas Claras, distrito conhecido como Macacos, no Município de Nova Lima, tendo em vista o alerta de instabilidade da Barragem B3/B4, da Mina Mar Azul, da Mineradora Vale.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação do Vapor Benjamim Guimarães, única embarcação do tipo ainda em operação no mundo e que, apesar de ser tombado pelo patrimônio estadual, encontra-se em risco de deterioração.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 717/2015, da deputada Rosângela Reis.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.333/2015, do deputado Arlen Santiago.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 566 e 944/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.035/2015, do deputado Elismar Prado; 2.253/2015, do deputado Thiago Cota; e 3.065/2015, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 439/2019, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2019, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação atual de exploração de nióbio, realizada pela Companhia Mineradora do Pirocloro do Araxá – Comipa.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2019, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.369/2018****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Surdos e Mudos do Alto São Francisco – Asasf –, com sede no Município de Arcos.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 24/8/2018 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.369/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Surdos e Mudos do Alto São Francisco – Asasf –, com sede no Município de Arcos.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 21, parágrafo único, veda a remuneração de seus dirigentes; e o art. 36 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, juridicamente constituída e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou declarada de utilidade pública.

Assim, não há óbices à tramitação da matéria. Porém, apresentamos a Emenda nº 1, redigida ao final deste parecer, que dá nova redação ao art. 1º, com vistas a identificar a entidade conforme o disposto em seu estatuto constitutivo.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.369/2018 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Surdos do Alto São Francisco – Asasf –, com sede no Município de Arcos.”.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente e relator – Guilherme da Cunha – Bruno Engler – Zé Reis – Charles Santos – Ana Paula Siqueira.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.388/2018

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação da Orquestra de Flautas Encantadores da Paz – OFEPJK –, com sede no Município de Curvelo.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 11/10/2018 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.388/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação da Orquestra de Flautas Encantadores da Paz – OFEPJK –, com sede no Município de Curvelo.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 34 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o art. 44, determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica, que preencha os requisitos da Lei federal nº 13.019, de 2014 (novo marco regulatório das organizações da sociedade civil).

Assim, não há óbices à tramitação da matéria. Porém, apresentamos a Emenda nº 1, ao final deste parecer, com vistas a adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto constitutivo.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.388/2018 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Orquestra de Flautas Encantadores da Paz, com sede no Município de Curvelo.”.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Ana Paula Siqueira, relatora – Bruno Engler – Guilherme da Cunha – Zé Reis – Charles Santos.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.402/2018

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fábio Avelar de Oliveira, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Conceição Maria do Amaral, com sede no Município de Nova Serrana.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 11/10/2018 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.402/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Conceição Maria do Amaral, com sede no Município de Nova Serrana.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 39 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o art. 44 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.402/2018 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Ana Paula Siqueira, relatora – Bruno Engler – Guilherme da Cunha – Zé Reis – Charles Santos.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.418/2018

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Douglas Melo, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Banda de Música Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Cachoeira da Prata.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/10/2018 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.418/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Banda de Música Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Cachoeira da Prata.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição o § 2º do art. 2º veda a remuneração de seus dirigentes e associados; e o § 3º do art. 3º determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.418/2018 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Ana Paula Siqueira, relatora – Bruno Engler – Guilherme da Cunha – Zé Reis – Charles Santos.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.427/2018

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da deputada Marília Campos, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a entidade Projeto Raiz – Arte e Cultura Sem Fronteira, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 25/10/2018 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.427/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade Projeto Raiz – Arte e Cultura Sem Fronteira, com sede no Município de Contagem.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 27, parágrafo único, veda a remuneração de seus dirigentes; e o art. 29 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica e registro no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.427/2018 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Ana Paula Siqueira, relatora – Guilherme da Cunha – Bruno Engler – Zé Reis – Charles Santos.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 442/2019

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Pessoas com Deficiência de Poço Fundo, com sede no Município de Poço Fundo, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 442/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Pessoas com Deficiência de Poço Fundo, com sede no Município de Poço Fundo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover campanhas educativas; realizar atendimentos específicos; e incluir as pessoas com deficiência na sociedade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Poço Fundo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 442/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2019.

Professor Cleiton, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 511/2019

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Cássio Soares, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Ipê Amarelo dos Amigos da Natureza e do Desenvolvimento Humano – Anatur –, com sede no Município de Cláudio.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 15/3/2019 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 511/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Ipê Amarelo dos Amigos da Natureza e do Desenvolvimento Humano – Anatur –, com sede no Município de Cláudio.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 29 veda a remuneração de seus dirigentes; e o art. 34 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere com personalidade jurídica e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 511/2019 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Ana Paula Siqueira, relator – Bruno Engler – Guilherme da Cunha – Zé Reis – Charles Santos.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 586/2019**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Casa das Artes, com sede no Município de Caxambu.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 30/3/2019 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 586/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Casa das Artes, com sede no Município de Caxambu.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, os artigos 47 e 49 determinam que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere que preencha os requisitos da Lei federal nº 13.019, de 2014 (novo marco regulatório das organizações da sociedade civil); e o art. 53 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 586/2019 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Ana Paula Siqueira, relator – Guilherme da Cunha – Bruno Engler – Zé Reis – Charles Santos.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 589/2019**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Joana e Adjacências, com sede no Município de Itamarandiba.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 4/4/2019 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 589/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Joana e Adjacências, com sede no Município de Itamarandiba.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o parágrafo único do art. 13 veda a remuneração de seus dirigentes; e o § 2º do art. 28 estabelece que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio líquido remanescente será transferido a pessoa jurídica congênere que preencha os requisitos da Lei federal nº 13.019, de 2014 (novo marco regulatório das organizações da sociedade civil), com o mesmo objeto da associação dissolvida.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 589/2019 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Ana Paula Siqueira, relator – Bruno Engler – Guilherme da Cunha – Zé Reis – Charles Santos.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.396/2018

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o Projeto de Lei nº 5.396/2018 “autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Estadual de Segurança Pública – Fesp – e dá outras providências” e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe, agora, a esta comissão emitir parecer sobre o mérito da proposição, conforme o disposto no art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição pretende autorizar a criação, pelo Poder Executivo, de um Fundo Estadual de Segurança Pública – Fesp –, que terá como beneficiários, conforme o art. 2º do projeto, as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp. De acordo com o art. 1º da proposição, o fundo objetiva, entre outros, a modernização e a aquisição de novos equipamentos de uso constante, a formação e a capacitação profissional de servidores públicos e a informatização dos arquivos e dados da área de segurança pública.

Além disso, a proposição especifica os recursos financeiros para subsidiar o Fesp (art. 3º), estabelece como órgão gestor e como agente financeiro a Sesp e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (arts. 5º e 6º, respectivamente), além de estabelecer os integrantes do grupo coordenador do fundo (art. 7º). Na justificação, o autor do projeto menciona a situação preocupante dos órgãos

de segurança pública do Estado e a constante escassez de recursos públicos para investimento em segurança pública. Assim, o Fesp seria uma ferramenta para auxiliar na superação desse problema.

Esta Comissão de Segurança Pública já realizou dezenas de audiências públicas cujo tema foi o aumento da criminalidade em diversos municípios de várias regiões do Estado. Nas discussões travadas, a falta de equipamentos públicos, derivada da escassez de recursos, é frequentemente apontada como um dos problemas vividos pelas órgãos estaduais de segurança pública.

Sendo assim, proposição legislativa que pretenda autorizar o Poder Executivo a criar um fundo específico para a segurança pública é medida relevante e merecedora de elogios. É importante destacar que outros estados brasileiros valeram-se da criação de um fundo específico de segurança pública para aperfeiçoar o combate à violência e à criminalidade, a exemplo do Rio de Janeiro¹, de Goiás² e do Amapá³.

Portanto, o projeto autoriza a criação de um importante fundo que propiciará às forças de segurança do Estado uma atuação mais eficiente no combate ao crime. Daí a relevância e a oportunidade da proposta, que persegue o interesse público.

Em sua análise preliminar, com o objetivo de aperfeiçoar alguns pontos da proposição, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, com o qual concordamos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.396/2018 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite, relator – Bruno Engler.

¹Disponível em: <<https://bit.ly/2VD1GAZ>>. Consulta em: 12 abr. 2019.

²Disponível em: <<https://bit.ly/2UzqQE8>>. Consulta em: 12 abr. 2019.

³Disponível em: <<https://bit.ly/2KxNEQk>>. Consulta em: 12 abr. 2019.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com Dom Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, pelos 15 anos de episcopado à frente da Arquidiocese de Belo Horizonte, a serviço do povo mineiro, guiando-o pelo caminho da fé e do bem comum. (Requerimento nº 457/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita);

de repúdio ao governador do Estado pela previsão de incorporação da pasta de Turismo pela Secretaria de Cultura, ressaltando-se que também foram formuladas manifestações de repúdio pela Federação dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais, pelas Associações dos Municípios de Circuitos Turísticos e por prefeituras, num total de aproximadamente 400 ofícios (Requerimento nº 460/2019, do deputado Charles Santos);

de congratulações com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ – pelo centenário de sua fundação. (Requerimento nº 461/2019, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com Dom Geovane Luís da Silva, bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, pelos dois anos de ordenação episcopal, celebrados em 25 de março de 2019 (Requerimento nº 462/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita);

de congratulações com a Loja Maçônica União de Contagem pelos 43 anos de atuação nesse município. (Requerimento nº 499/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com o Capítulo União de Contagem pelos 23 anos de estabelecimento junto à Loja Maçônica União de Contagem (Requerimento nº 500/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com o Grupo de Capoeira Meia Lua pelo transcurso de seu 57º aniversário e pelos serviços prestados à cultura de Minas Gerais (Requerimento nº 505/2019, da Comissão de Educação);

de congratulações com os policiais militares que menciona que, durante abordagem, em Uberlândia, foram surpreendidos com disparos de arma de fogo efetuados por dois criminosos, mas conseguiram cessar a ação delituosa e preservar a ordem pública. (Requerimento nº 567/2019, do deputado Bruno Engler);

de congratulações com a comunidade de Araporã pelo aniversário desse município (Requerimento nº 588/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com a comunidade de Patrocínio pelo aniversário desse município (Requerimento nº 589/2019, do deputado Raul Belém);

de congratulações com a comunidade de Carneirinho pelo aniversário desse município (Requerimento nº 590/2019, do deputado Raul Belém);

de repúdio ao Dnit pela realização de leilões de material ferroviário da extinta RFFSA sob a guarda da autarquia, acervo que pode ser recuperado para a reativação de linhas ferroviárias (Requerimento nº 595/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras);

de congratulações com o Sr. Fernando Campelo Martello por sua posse como presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais – Adep-MG –, bem como dos Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo dessa entidade (Requerimento nº 606/2019, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB-MG – pelas conquistas no 6º Campeonato de Futebol entre Advogados e Advogadas das Américas – Americalawyers 2019 –, nas categorias Legend, para atletas com mais de 45 anos, e Super Legend, para advogados a partir dos 55 anos, realizado em Mar Del Plata, Argentina (Requerimento nº 609/2019, do deputado Betinho Pinto Coelho);

de pesar pelo falecimento de José Glicério Borges, ex-prefeito de Santo Antônio do Monte (Requerimento nº 646/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita);

de protesto contra a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pelas tentativas de encerrar as atividades da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig – em Nova Lima (Requerimento nº 718/2019, da Comissão de Educação).



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/4/2019

O deputado Professor Irineu* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e todos que nos acompanham pela TV Assembleia, boa tarde! O que me traz aqui hoje, no Grande Expediente, são dois pontos. Primeiro, presidente, queria dizer que abri mão da Comissão de Desenvolvimento Econômico em função da minha nomeação como presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. Acho essa uma comissão extremamente importante. Havia pedido ao presidente que, realmente, participasse dela. Mas, uma vez que o presidente desmembrou e criou a Comissão de Turismo e Gastronomia, pediram-me para que eu pudesse abrir mão

porque já estou em mais duas comissões. Tenho certeza de que o deputado Fábio Avelar, que é de uma cidade também muito importante, que é Nova Serrana, polo da indústria calçadista, fará um grande trabalho à frente dessa comissão e não se esquecerá também das demais cidades de Minas Gerais.

Outro ponto que me traz aqui é esse grande debate que vimos tendo nesta semana em relação à questão da escola de tempo integral. Jamais poderia também, como professor e representante de uma parcela da educação, deixar de manifestar-me neste Plenário em função do que o governo está pensando em fazer, que é a redução do número de estudantes de escola de tempo integral. Passei toda a minha vida como professor, diretor de escola e vereador em Contagem defendendo duas bandeiras da educação. Uma delas é a escola de tempo integral; e a outra, a escola profissionalizante.

Não vejo outro caminho para a gente sair dessa crise educacional se não colocarmos as nossas crianças na escola. Nós temos de colocá-las o dia todo. Nada justifica você fechar escola de tempo integral. Nada. Falta de dinheiro, falta de merenda, enfim, nada disso explica. Acho que a gente tem de pensar em fazer essa economia em outro segmento, e não na educação, e muito menos nas questões de saúde e segurança. Então, com toda liberdade que tenho de estar aqui, quero deixar clara a minha posição em relação a isso. Sou contra. O governo precisa repensar isso.

A secretária esteve aqui falando de merenda escolar. A merenda custa R\$2,14 por dia, por aluno. Isso é muito barato.

O FNDE paga a metade, o governo paga apenas 1,07. Isso é muito pouco para a gente discutir o fechamento de 111 mil vagas de escolas de tempo integral.

Então, estou apresentando dois requerimentos, um deles sobre esse tema, para que a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais possa refletir melhor sobre esta atitude que eles estão tomando de forma impensada: deixar as crianças fora da escola. Já tinha discutido com o governo no final do ano passado, até mesmo antes de tomar posse, e logo depois também em uma reunião de bancada. A nossa proposta era ampliar essas escolas para que as nossas crianças realmente estivessem fora do sistema que envolve todas as crianças do nosso Brasil hoje, sobretudo de Minas Gerais e das regiões mais vulneráveis: a droga, a prostituição infantil, enfim, uma série de coisas. Tenho a convicção de que criança no Brasil tem que ser amada e protegida; não é possível a gente abandonar nossas crianças da forma como o governo Zema está propondo com o fechamento dessas vagas. Estive visitando algumas escolas no Estado, sobretudo em Contagem; o desespero dos pais, dos professores e da direção das escolas é tão grande com relação a isso que nem conseguimos imaginar; eles sabem que a criança não vai ter para onde ir mais.

Este governo está tomando duas medidas muito complexas e difíceis: essa mencionada e também a questão da retirada dos vigias das escolas. As escolas estão apavoradas, preocupadas com a questão da segurança. Conversei com o comandante da Polícia Militar, e ele me disse que o contrato era muito caro. Posso até entender que é caro, mas precisamos encontrar uma alternativa, pois não é possível simplesmente tirar 600 pessoas das escolas e deixar as nossas unidades escolares abandonadas para os vândalos chegarem lá e levarem o que quiserem, na maior facilidade, porque não há alvo mais fácil de ser assaltado e roubado que uma escola pública – não há nada nem ninguém à noite, basta pular os muros.

Então, a gente não pode conviver com essa situação nem aceitá-la. Acredito que a Assembleia precisa realmente fazer um debate aqui muito sério sobre esses dois temas: a segurança e a redução do número de vagas nas nossas unidades de ensino para a educação infantil.

A deputada Leninha (em aparte)* – Obrigada, Professor Irineu. Uma boa-tarde aos colegas da Mesa, aos que nos acompanham pela TV! O senhor tocou em dois pontos muito importantes para todos nós. Inclusive, causa-nos espanto a decisão deste governo de incidir negativamente sobre uma política tão importante como a educação, já que seu lema, na campanha eleitoral, era ter como prioridade essa área. Admira-me isso neste momento de crise em que vivemos. Se o Estado está em crise, imaginem a população, imaginem aqueles cujos filhos ficavam o dia inteiro na escola, em tempo integral! Agora, como dizem muitos dos meus

colegas, esses meninos vão ser levados para as ruas, para ambientes onde, com certeza, sofrerão muitas ameaças da sociedade: a droga, as más companhias, a falta de perspectiva.

Então, gostaria de parabenizá-lo por sua fala, Professor Irineu. O senhor é um grande conhecedor deste assunto: a educação. Não só fala da educação como a vive, tem toda uma trajetória na área e sabe o que isso significa para a grande população pobre. São as pessoas mais pobres, as famílias mais pobres, que, com certeza, sofrem com esse tipo de ação que vem para desmontar uma política que vem dando certo, para desmontar uma estrutura em que a lógica dos pais é: esse ambiente escolar é mais seguro.

E isso traz um outro tema que é a história da segurança. Estamos acompanhando, há dias, a situação dos vigilantes, que estão aqui, inclusive, pedindo sensibilidade a esta Casa em função do que o governo fez: dispensar a grande quantidade de vigilantes que havia nas escolas. Elas eram, para nós, um lugar seguro; agora acompanhamos os acontecimentos pelo País afora e pelo mundo e vemos as ameaças que decorrem de não haver alguém na portaria para controlar, vigiar, acompanhar as crianças e os alunos da escola. Assim, vão deixá-los em uma situação muito vulnerável.

Então, gostaríamos, inclusive, de fazer um apelo ao governador para que reveja esse posicionamento. Não podemos querer resolver o problema da crise tirando dos pobres, da educação, da segurança, que é dada, inclusive, pelos vigilantes nessas escolas públicas aí pelo Estado afora.

Então, está de parabéns. Creio que esta Casa já se pronunciou em outros momentos. Creio que, sim, o governador vai rever essa posição e que possamos rediscutir com a Secretaria de Estado de Educação esse projeto que foi tão importante e trouxe frutos muito positivos para a sociedade, que é a escola de tempo integral.

O deputado Professor Irineu* – Obrigado, deputada, pelo complemento da sua fala. Acho que é exatamente isso. Temos de ampliar o atendimento das escolas infantis. O governador não tem de ficar olhando para trás, se no governo anterior havia ou não merenda. Acho que não vamos chegar a lugar nenhum com isso.

O certo é que hoje, por causa de R\$417.000,00 de merenda por mês, vamos deixar de oferecer a escola integral? O discurso da secretária foi esse. Por causa de R\$417.700,00 mensais vamos tirar 111 mil crianças da escola de tempo integral? Sinceramente não estou conseguindo compreender qual é a dinâmica da economia que o governo está querendo fazer nessa questão da educação. Educação é investimento. Não podemos tratá-la como gasto, como despesa, temos de tratá-la como investimento. Só vamos salvar essa geração se a gente realmente conseguir colocar essas crianças na escola de tempo integral para daqui a 20, 25 anos termos um novo cidadão brasileiro, um novo cidadão mineiro, aquele que realmente passou a sua vida nos bancos das escolas e não teve as outras influências tão ruins da sociedade e que estamos sentindo hoje nas escolas, sobretudo as mais vulneráveis.

Então, quero deixar aqui esse pedido ao nosso governador, à nossa secretária. Que ela repense isso, que olhe com muito cuidado e atenção antes de tomar essa decisão que parece que está sendo tomada. Que isso realmente possa ser repensado.

Da mesma forma vemos a demissão desse tanto de gente das UPAs do Barro Preto e do centro de Belo Horizonte. O que o cidadão mineiro vai fazer? Entendo que se tem de fazer economia, mas acho que alguns setores são muito importantes para a sociedade. Então, não dá para seguir nessa linha de que tem de ser feito o corte. Não vou nem defender que os vigilantes têm de ser da empresa A, B ou C. O importante é que a escola precisa ter a segurança. É preciso ter as pessoas lá nos postos para a população ser atendida.

Então, é isso, presidente, que gostaria de trazer aqui hoje. Agradeço pela oportunidade. Muito obrigado e tenha uma boa tarde!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Virgílio Guimarães* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a imprensa de hoje estampa a matéria a respeito da posição tomada pelo presidente desta Casa, nosso companheiro deputado Agostinho Patrus, em conversa tida com o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, a respeito da reestruturação fiscal que se propõe para Minas Gerais.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que em boa hora o nosso presidente colocou alguns pingos nos “is”. Ele assumiu a responsabilidade que deve ter o Legislativo diante de tão importantes questões e pontuou algumas fundamentais, balizou onde se pode e onde não se pode ir. Colocou com clareza os limites que enxerga na questão da privatização da Cemig, da Copasa, de empresas que significariam, se alienadas, prejuízo para o Estado. E mais, disse que esse assunto fica em suspenso até que se decida, na esfera federal, questões importantes relativas ao reequilíbrio fiscal também da União, sobretudo na questão previdenciária.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui me dirigir a V. Exa. dizendo que esta Casa deveria estar unida com a liderança, com o comando de V. Exa., que em boa hora assumiu a responsabilidade, não sendo um deputado da oposição, ao contrário, foi eleito com amplo apoio de todos, inclusive com um diálogo privilegiado, com um governo eleito, como V. Exa. teve ao longo de todo o tempo e continua tendo. Portanto, ao colocar dessa forma a questão, V. Exa. diz que é melhor continuar como está, porque fazer atabalhoadamente um programa de reestruturação fiscal... Nós já temos a liminar que suspende o pagamento das dívidas por Minas Gerais. Vamos aguardar para fazer algo mais equilibrado e ajustado. Evidentemente, a médio e longo prazos, alguma reestruturação fiscal tem de ser feita. Aliás, o governo passado já tentou fazer uma reestruturação fiscal, fez a divisão da Codemig e, com a Codemge, tomou algumas medidas duras que estão vigorando até hoje, fez alguns parcelamentos, alguns deferimentos, tomou medidas de fato que buscavam o reequilíbrio fiscal, como a dívida da Lei Kandir, porque entendia que esse poderia ser um caminho. Enfim, ele tentou uma reestruturação fiscal e conseguiu algumas medidas. O governo atual é herdeiro inclusive da liminar que vigora até hoje, que dá alguma folga à medida para que não haja descontos automáticos nas parcelas de amortização da dívida de Minas para com a União. Nesse sentido, nós devemos ter também a clarividência de que alguma reestruturação fiscal terá de ser feita. Ninguém pode ser, em sã consciência, contra isso. Só pode ser contra qualquer reestruturação – qualquer, mas não queremos nenhuma. Gostaríamos que tudo continuasse como está. Não! Como está não pode continuar. A questão é saber qual reestruturação fazer, qual caminho trilhar. É isso o que esta Assembleia tem de fazer. Já estive aqui ocupando esta tribuna, usando este microfone para falar sobre a questão previdenciária, defendendo a instituição de uma contribuição nova sobre movimentação financeira. Aliás, eu vi outras esferas hoje defendendo também essa ideia com uma alíquota talvez muito mais pesada do que a que eu citei. Então, menor será a necessidade de corte nos benefícios se nós encontrarmos fontes mais saudáveis e adequadas para o financiamento previdenciário. Essa ideia, essa proposta que eu coloquei desta tribuna mostra que os caminhos para a reestruturação fiscal são diversos, e isso não significa que não devam ser trilhados. Alguém pode pensar de um jeito, cortando dos mais pobres, cortando benefícios; outros podem pensar em crescimento econômico, em outro tipo de corte e financiamento, com novas fontes. Enfim, esta Casa vai ter que se debruçar sobre esse assunto. Porém, no seu devido tempo. Muitas coisas podem ser feitas em relação ao nosso sistema hidrelétrico, muitos ativos podem inclusive ser alienados. Por que não? Depende de isso ser vantajoso ou não. A privatização da Cemig é algo que não se encontra, como bem disse o nosso presidente, nem pode se encontrar na ordem do dia neste momento. Mas muitas outras formas, por que não? Nós temos três usinas agora com o prazo de concessão vencendo e teremos de encontrar uma solução. O presidente, com certeza, vai pautar esse assunto, sob o seu comando, sob a sua liderança, para que nós, nesse caso, em vez de perda para Minas Gerais, perda para o nosso empresariado, perda para o valor da Cemig, encontremos maneiras de ampliar o nosso potencial elétrico, de geração de energia, inclusive com a utilização do que nós temos, que é a riqueza enorme da Cemig, as nossas reservas, os nossos reservatórios, que podem ser utilizados de forma muito mais eficiente, muito mais barata, para depositarem a geração de energia solar. A água já está ali para ser utilizada na limpeza dos painéis de geração de energia, as fontes de transmissão já estão próximas, enfim, nós já temos economias de escala extremamente adequadas.

As empresas mineiras, que são consumidoras intensivas, que são as nossas empresas, não podem ficar na sanha daqueles que, porventura, pagam um bônus de outorga, que seria dado por um leilão e não ficaria nada para Minas Gerais. Portanto, esse é um nicho que pode ser avaliado e deve ser avaliado para preservar o nosso patrimônio hidrelétrico.

Mais uma vez chamo à atenção. Isso corresponde a um determinado modelo, a um determinado conjunto de medidas para levar a uma reestruturação fiscal. Quero dizer, de uma vez, de forma bem clara e sublinhada: ninguém pode falar que não existe a reestruturação fiscal, num momento de desequilíbrio grave que nos encontramos há algum tempo e que já existia no governo passado. O governo anterior fez esforços para buscar algum tipo de ajuste? Fez. No entanto, ficou muito para este governo. Não só para o governo, mas, sobretudo, para esta Casa, porque, sem o Legislativo, nada será feito, como bem assumiu o nosso presidente Agostinho Patrus.

Contem conosco, presidente. Estamos prontos a colaborar, desde que seja um caminho adequado, patriótico, que não seja entreguista dos direitos da nossa população e do nosso estado.

Concedo aparte, com muita alegria, ao nosso companheiro Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Primeiro, quero cumprimentá-lo, Virgílio, pela sua postura consciente. O senhor usa com propriedade este microfone para expor este problema sério que estamos vivendo aqui e que, na realidade, é muito mais sério do que a gente pensa.

O Estado está passando por dificuldades terríveis. Eu vejo que é preciso encontrar um consenso entre o Poder Executivo, com as suas propostas, e esta Casa. Não podemos também tampar o sol com a peneira e achar que está tudo bem, que é um preciosismo do governador querer dispor de bens como a Cemig e a própria Copasa, mesmo porque, para privatizar qualquer uma dessas estatais, o Estado teria de promover um referendo, a população tem que se manifestar. Não adianta somente dizer: “Eu quero e eu vou mandar para a Assembleia”. Não é assim que funciona. Está na nossa Constituição. Teríamos, primeiro, que mudar a Constituição para depois dispor de um bem dessa natureza.

Mas eu entendo que precisamos encontrar soluções em comum, desprovidos de qualquer tipo de sentimento, como V. Exa. está fazendo aqui hoje. Para nós, isso é uma lição. O senhor nos passa uma lição de que é necessário que a gente se despoje de qualquer pretensão, de qualquer vaidade, de qualquer posição radical político-partidária, para falar um pouco de Minas Gerais.

Eu estive ontem na Secretaria de Saúde, acompanhando a deputada Laura e o deputado Tramonte, numa reunião muito importante, muito proveitosa, com o secretário. Eu saí dali com dois sentimentos. Primeiro, com o sentimento de desespero, tal é a situação da saúde pública de Minas Gerais. Eu confesso que fiquei muito preocupado. Tive até problema para dormir à noite, pensando no que podemos fazer. E o outro sentimento foi de satisfação por saber que à frente da Secretaria de Saúde – há tempos eu não via isso – está uma pessoa simples, humilde e disposta a promover modificações profundas na estrutura de saúde do nosso estado.

Se você pega a rede Fhemig, vai ver que ela está uma rede envelhecida, sucateada, precisando cada vez mais de dinheiro, e não tem esse dinheiro. Se você vai na questão do SUS, da gestão da Secretaria de Saúde, há uma dívida impagável de R\$7.000.000.000,00. Tem que ter muito dinheiro para pagar essa dívida. E hoje cedo nós tivemos uma audiência do Ipsemg. Virgílio, eu fiquei assustado com o que vi no Ipsemg: não tem gestão, não tem autonomia, não tem dinheiro, os recursos que são descontados da folha de pagamento caem no caixa único do Estado. Nós temos que acabar com essa sangria do Ipsemg. O Ipsemg hoje é responsável por 1 milhão de servidores de Minas Gerais e a gente está vendo o servidor ser humilhado, e o hospital Israel Pinheiro precisando de socorro.

Na rede de todas as cidades de Minas Gerais, os hospitais encerraram atendimento ao servidor do Ipsemg, humilhando esse servidor. Então, dentro desse pensamento, dá para a gente conversar, dá para a gente chegar a um acordo. E o governo tem que entender que, se não parar, se não procurar o Parlamento, se não se dispuser ao diálogo, ele não vai andar, e a Assembleia não vai poder ajudar. Parabéns!

O deputado Virgílio Guimarães* – Muito obrigado, deputado. É exatamente esse tipo de “surpresa”, entre aspas, que pode ocorrer, a de não haver recurso para questões essenciais, o que é decorrência natural de um desequilíbrio fiscal. Já falei, em uma ocasião, inclusive desta tribuna, que algumas questões independem de nossa vontade. Uma delas é o ajuste fiscal. A questão previdenciária, quando é também no sistema de repartição, implica, muitas vezes, em ajustes, em modificações. Quero saber quais são. Tem de haver alguma solução. Qual será a solução? Em que rumo? Beneficiando quem? Cortando onde? Estimulando o crescimento? Como? Porque o melhor ajuste se dá por meio do crescimento econômico, do crescimento da arrecadação. Mas tem que saber como. Não é como se esconder da questão.

Disse aqui e vou até repetir para quem não ouviu. É um pouco como quando nós, mineiros, vamos para a praia: gostamos de estender uma esteira na parte mais macia, mais molhadinha, mais fresquinha da praia, onde é ótimo para ficar. Mas, quando a maré começa a subir, uma onda alcança o nosso pé, alcança a toalha que está do lado, e temos que tomar uma atitude. A inércia é uma atitude. Só que as condições externas impõem mudanças. Se você não faz nada, a água vai cobri-lo, você deixará de tomar seu banho de sol e vai ficar mergulhado na água. Então, as condições exteriores lhe impõem alguma atitude. Vou para casa, fico nesse lugar, vou nadar até algum lugar... Não sei. A mesma coisa é o ajuste fiscal, que tem de ser feito. Se tem algum viés ideológico, que tenha, pode haver isso na solução do problema. Para onde apontar, que solução propor? É isso que insisto em dizer.

Digo mais, presidente Cristiano e presidente Agostinho Patrus: mesmo com a legislação federal que aí está, não somos obrigados a cumpri-la. Cumpri-la, não, a observá-la, como alguns pensam. Lá não está escrito que tem que vender a Cemig, lá não está escrito que tem que privatizar a Copasa. Lá está dito que têm de se levar em conta alguns ativos e alguns modelos, mas não diz que são todos. E diz que tem que ser negociado com o governo federal. Ora, nunca podemos abrir mão de algumas questões básicas da estrutura da nossa autonomia, da nossa soberania, da vontade popular, que são as empresas estratégicas do nosso estado. Mas soluções têm que ser buscadas.

E me coloco também, como o deputado Carlos Pimenta, à disposição para fazer um diálogo maior, um diálogo que não seja subalterno nem ao governo federal nem a imposições externas de qualquer tipo, mas que busque soluções efetivas e realistas para o trágico problema de Minas, permitindo que voltemos a crescer de maneira sustentável e duradoura. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde, deputadas e deputados! Boa tarde à população presente e ao pessoal de direito! Estamos juntos.

Eu queria começar a minha fala dizendo que hoje houve audiência pública para tratar sobre o Ipsemg. Eu deixei essa proposta, uma resolução para a gente poder sustar o decreto do ex-governador Alberto Pinto Coelho. Na época, o governador era o Anastasia, mas, como ele estava em campanha – se não engano para o Senado – o Alberto assumiu e fez esse decreto, que era para quê? O dinheiro que caía no caixa do Ipsemg caía no caixa único do Estado. Dinheiro que era contribuição achavam que era tributo. Então está tudo errado. O que é de César é de César.

Eu peço às comissões que olhem com carinho essa resolução, para a gente colocá-la em votação aqui, porque há jeito, não é, Carlos? Se houve a revogação dos municípios, dá para revogar essa também. É só querer. Acho que o recado que a gente dá para a sociedade, dá para os servidores e dá para o governador é isto aqui. Alguém me perguntou assim – foi até o Heli Grilo: “Cleitinho, você é base. Você vai defender isso, defender aquilo?”. Falei: eu defendo o que é certo, defendo o que tem que ser feito. Eu não vou ser base burra e, muito mesmo, base puxa saco. Tenho que ser base inteligente. O que é do povo é do povo. Então estou aqui é para defender o povo, e a gente tem que ser justo.

Agora, queria falar uma coisa que é importante, porque estão assim: apontam o dedo, apontam o dedo, apontam o dedo. Recuperação fiscal não pode. Então o que pode? Qual é a solução? Tragam a solução, gente, porque o básico... E a Copasa é básica. Vá em qualquer cidade de Município de Minas Gerais e pergunte se alguém está satisfeito com a Copasa. Façam uma enquete, uma

propaganda para ver se alguém está satisfeito com a Copasa. Que base é essa que não dá base para a população? A população está revoltada. Recebo em meus gabinetes três, quatro vereadores por dia para criticar a Copasa. Por quê? Porque a população vai em cima dos vereadores, e eles vêm aqui. Então eu quero entender o que essa Copasa faz de bom aqui, em Minas Gerais, para não podermos privatizá-la.

Outra coisa é a D. Cemig. O que aconteceu na D. Cemig hoje? A Polícia Federal estava lá na D. Cemig. Vamos entender uma coisa. São só 18% do lucro da Cemig que o Estado arrecada. Quer dizer, a bronca fica com o Estado, não é? As coisas ruins ficam com o Estado, e o lucro, com os acionistas.

Então, gente, o que temos que fazer? Vir aqui apontar o dedo... É necessário, é preciso fazer. É igual empresa. A empresa do meu pai está quebrada. Ele destruiu a empresa. Aí alguém vai comprá-la e vai deixá-la do jeito que está? Não dá, não, tem que mexer, tem que fazer alguma coisa. Só que em certas coisas não vão mexer. É igual à questão da escola integral. No básico não podemos mexer. Isso é básico, não há como mexer. Quer dizer, você tem que investir na educação, você tinha que colocar mais escolas integrais no Estado. Não temos que mexer nisso, não. A gente tem de ser justo. Mas que tem que ser feita alguma coisa aqui neste estado tem. E esses que estão apontando o dedo sabem que foram os governos passado e retrasado que deixaram o governo deste jeito e que está fazendo inocentes pagarem pelos pecadores. Hoje inocentes estão pagando pelos pecadores, pecadores do passado, dos governos passados. Por que não apontaram o dedo quatro atrás para a gente tentar consertar? Por que, na época do Anastasia, não apontaram o dedo, não gritaram, não xingaram? Agora, vir para cá, apontar o dedo e falar que tem que fazer isso? Tiveram oito anos para fazer e não fizeram. Agora tem que fazer? Então, antes de apontar o dedo, tragam a solução. Tem que trazer solução. Urgentemente, tem que trazer solução.

Eu vou debater. Sabem por quê? Independente de ser base, a gente tem que ser justo. São três meses que ele tem de governo, e essa “apontação” de dedo... E apontam o dedo, e apontam o dedo, e não trazem solução. Cadê a solução? Tragam a solução ou façam mágica, façam o dinheiro cair da árvore. Vamos fazer este estado aqui arrecadar R\$100.000.000.000,00, não sei quantos bilhões por mês para a gente fazer o que precisar aqui dentro deste estado. Agora, toda hora chega um aqui, que teve a oportunidade de apontar o dedo e mostrar o que estava errado e não apontou e agora vem tirar onda, vem jogar para a galera e fazer circo. Eu vou ser um que vai questionar. Sabem por quê? Porque a pessoa teve a época para fazer isso. Olha o Pimentel. Ele é réu, de novo. O Pimentel é réu, é réu, é réu. E aí? Vão atrás do Pimentel para poder trazer o dinheiro que... Vai saber lá, não é? E não tem medo de processo, não, viu, gente? Não tem medo nenhum de processo.

Então, para esse pessoal que está aqui querendo solução existe solução. Vá atrás da turma anterior para buscar o dinheiro, que deve estar em colchão, deve estar em cueca, deve estar em um monte de lugar. Agora vir aqui apontar o dedo, falar e falar e não trazer solução? “Não, eu quero dialogar com governo. Eu quero ajudar o governo”. Que ajudar o quê? Cadê a solução para ajudar? Cadê? Ou então faça empréstimo nos bancos e jogue dinheiro para o Estado, para o dinheiro aparecer. Não aparece dinheiro.

Ontem acho que um falou aqui: “Não há nem base. Aqui não há base, aqui só há oposição”. Oposição desse jeito não precisa ser oposição, não. Oposição tem que ser inteligente, construtiva. Cadê a solução? Vir aqui apontar o dedo – e aponta o dedo, e aponta o dedo – não adianta nada, não. É hora de largar a vaidade, largar partido, esquecer o passado, pensar no presente, pensar no futuro. Todos os 77 deputados daqui têm que se unir com o governador, sentar-se com o governador, com o secretário e ver o que pode ser feito.

Há quase três meses estamos aqui, falando, falando, falando, falando, falando, e não resolvemos nada. A gente é pago para estar aqui terça, quarta e quinta; e a gente vem cá, fala, fala, fala, e não resolve nada. Entenderam? Até chamo a atenção novamente, e vou falar isso de novo. Essa questão dos projetos, a gente protocola projeto aqui, e não há um parecer, não há nada. Estava até conversando com a Celise ontem sobre essa questão de projeto. A minha função é esta: legislar e fiscalizar. Eu tenho duas funções aqui. E representatividade, porque a terceira é representar. Aí a gente faz projeto aqui e fica sabendo que, talvez, durante os quatro

anos, pode não ser aprovado nenhum projeto. Mas por que, se a nossa função é essa? Vou ficar com vergonha, quando, daqui a quatro anos, perguntarem para mim o que eu propus, e eu falar que não propus nada, porque eu fiz um monte de projeto e ficaram paralisados. Estou aqui para trabalhar, estou com sede de trabalhar, com vontade de trabalhar. Acordo todo dia perguntando o que eu posso oferecer para o Estado. Lembrando que os projetos que deputado estadual pode apresentar não causam tanto impacto como os da União, mas o que a gente pode fazer, dentro da realidade aqui, a gente vai fazendo, tentando mudar a vida das pessoas.

Eu estou em duas comissões: Comissão de Transporte e Comissão de Defesa do Consumidor. Então estou fazendo vários projetos na Comissão de Defesa do Consumidor. Para quê? Valorizar o consumidor. A gente protocola projeto, fala do projeto, e cadê? Faz quase três meses que estamos aqui e aprovamos dois projetos, se não me engano. Primeiro foi aquele para o secretário vir, que acho que ficou pior, porque a gente quer falar com o secretário, e eles não respondem. Acho que, na cabeça deles, é assim: “Já que eu tenho que ir lá de quatro em quatro meses, daqui a quatro meses eu vou e falo para eles”. O outro projeto que a gente fez também foi sobre a barragem de Brumadinho, porque a política é o seguinte: tudo tem jeito na política, principalmente quando acontece uma desgraça. Se acontecer uma desgraça, no outro dia aprovam o projeto, vocês podem ter certeza. Igual esse de Brumadinho. Já era para ter sido aprovado esse projeto de Brumadinho há muito tempo. Teve de acontecer a desgraça para agora aprovarem o projeto e ficarem subindo em palanque para usar a desgraça dos outros. Então é isso que a gente tem que mudar. Coloquem esse projeto nas comissões, na CCJ!

Quero pedir ao Guilherme, que é do Novo. Um dia ele até brincou comigo aqui. Falei de um projeto que eu fiz: “Esse não, sou contra e já vou dar parecer contrário”. Então queria que ele subisse aqui e me explicasse por que vai dar parecer contrário, o que o projeto tem de errado. Se ele for inconstitucional, abaixo a cabeça aqui e vou embora. Mas, se ele for constitucional, tem a obrigação, pela democracia, de trazer o projeto aqui; e aqui é sim ou não, aqui é só votar. Se você é a favor, você vota favoravelmente; se você é contra, você vota contrariamente. E pronto, resolveu o problema.

Para distrair um pouquinho, só para deixar esta reflexão aqui, vou chamar a atenção de vocês, deputados, para o caso de eles irem em seus gabinetes. E já vou falar o nome deles para vocês, eu anotei. São caras de pau. Eles falam que só o político é corrupto, que o político é isso, é aquilo, e esses dois ontem deram uma sorte, Bonnie e Clyde, de não terem sido filmados por mim, mas guardei o nome deles, se forem ao gabinete de vocês. É um tal de Quindinho, e o outro é Francisco. Esse Francisco ainda teve a cara de pau de ir lá no meu gabinete esses dias. São essas almas penadas que rodam aqui, todo dia, pedindo emprego. Ele foi lá no meu gabinete e falou: “Não aguento, eu vou fazer a região Norte de BH para você. Eu vou apoiar você na região tal. Lá eu dou tantos votos para você”. Falei: “Amigo, já tenho o meu gabinete, já não estou aguentando os que estão aqui. Não vou contratar mais ninguém. Já está bom”. “Não, mas, de qualquer jeito, eu vou voltar aqui, vou conversar e vou apresentar o Quindinho para você.” Aí, ontem, ele levou o Quindinho. Eles ficam falando com a gente da tal da rachadinha, mas olhem o nível da situação. Porque eles acham que é só o político que é corrupto, gente, e não é só o político que é corrupto não. A corrupção vem da população também.

Ele teve a cara de pau de levar esse Quindinho e falar: “Nós dois trabalhamos juntos. Nós vamos fazer a região do Nordeste de BH”. Nordeste, Norte de BH, não sei. “Nós vamos levar seu nome.” Gente, se eu quero levar meu nome, é através de obra, através do meu trabalho que vou levar meu nome. Eu não preciso de gente para levar meu nome. Então ele falou assim: “Cleitininho, já que você não pode contratar os dois, você contrata um, mas valem os dois. Aí você paga mais ao Quindinho, e ele devolve para mim”. Falei: “Vagabundo, suma daqui! Você dá uma sorte de eu não ter gravado”. Aí ele começou a gaguejar: “Não, não, não, não...”. E foi embora. Então quero avisar para vocês aqui, deputados, que, se o Quindinho e o Francisco forem ao gabinete de vocês, são dois picaretas, dois vagabundos. E é isso que quero mostrar para a população, que não adianta só apontar o dedo para o político. Muitas vezes quando o político se mostra corrupto, sem personalidade e caráter, é muito pela população.

Há um tal de pastor aqui também. Eu queria mostrar para esse pastor, que não sei de que igreja é e foi me pedir um dízimo. Não sei o que ele arrumou comigo. Deixa eu ver se eu acho aqui. Você, que é desta cidade, se escutar a voz desse pastor, fique esperto,

porque ele é corrupto, é vagabundo. Houve também alguém que me chamou... Enquanto eu vou achando, vou contando os casos para vocês, para verem que não é só o político que é corrupto. Tenho de apontar o dedo aqui também, porque pensam que é só o político que é ladrão, que é corrupto...

Deixa eu ver se acho aqui. Vou achar. Achei. Teve um dia que um cara me chamou e disse: “Cleitinho...”. Na hora em que sopram, você já pode esperar. Quando o cara começa a falar que está gostando demais do seu trabalho, que seu trabalho está legal demais, você pode esperar que soprou e vai morder. Aí, ele falou assim para mim: “Cleitinho, deixa eu te falar, eu vou fazer um curso aqui em Belo Horizonte, e o curso fica em R\$1.500,00. Você não consegue pagar esse curso para mim, não?”. Eu disse: “Minha atribuição de deputado não é essa, não. A minha atribuição de deputado é fiscalizar, legislar, é te representar. Nessa situação, vou fazer corrupção”. Então, ele virou para mim e falou assim: “Cleitinho, na época da campanha, você deu uma de bonzinho, você fez isso, fez aquilo e agora você está ganhando R\$18.000,00, ganhando bem. Deputado ganha bem. O que é isso? É um absurdo o valor que o deputado ganha”. Eu virei para ele e falei: “Espera, aí, (- Palavras expungidas por determinação do presidente.). Quer dizer que 18 mil é muito para você, é muito, mas você pode usufruir dos 18 mil”. Quer dizer que, para ele, 18 mil para um deputado é caro, mas ele pode usar o dinheiro do deputado. Para você ver a cara de pau do povo. Vocês estão entendendo?

Uns dias atrás uma moça me ligou, mas essa, para mim, foi a melhor. Ela falou assim: “Oh, Cleitinho, deixa eu te perguntar, você está ganhando bem agora, cara, nós apoiamos você aqui, e eu vou casar. Você não me ajuda com o casamento civil, não?”. Eu falei assim: oh, moça, deixa eu te falar, Helena, se você não está tendo condição de pagar o casamento civil, você vai casar? Você não vai dar conta de manter o casamento depois, não, uai.

Então, é isso que temos de mudar na política, porque não adianta só falar que político é corrupto, não, gente. Isso aqui, eu recebo é todo dia, toda hora, vocês estão entendendo? Muitas vezes, quando um político se corrompe e vai roubar, é porque o eleitor o corrompeu. E muitas vezes esse político também paga essas situações para eles. E esse político que paga, que faz essas graças para eles, o que acontece com esse político? Ele vai ficar quatro anos aqui sem fazer nada, porque sabe que, no final, na hora em que for comprar essa pessoa, já comprou, não precisa fazer mais nada para ela. Ele já comprou a pessoa com o dinheiro.

Eu tenho que mostrar o pastor. Esse pastor me fez raiva, não deixou nem eu dormir direito. (- Aproxima celular do microfone.)

Vocês ouviram, gente? É uma ofertinha. O pastor quer uma ofertinha só de R\$100,00. Oh, pastor, eu não sei de que cidade você é, mas ainda vou pegar esse vídeo para colocar na internet. E se o povo dessa cidade reconhecer a voz desse pastor Marcelo, pastor do capeta, vocês fiquem espertos. Se ele faz isso com o deputado, imaginem o que ele faz com os fiéis! Imagino o que eles fazem com você, a lavagem cerebral que fazem com você. Se ele teve a cara de pau de nem me conhecer e pedir uma ofertinha de R\$100,00, imagina o que ele faz com você.

Então, eu quero chamar atenção aqui para essa reflexão que temos de fazer na política, que não é só culpa do político, não. O País se corrompeu, está corrompido, está assim, o sistema é desse jeito, não é só por causa do político, não. É por causa de situações como essa que político se corrompe. Então, isso aqui que eu estou mostrando para vocês, fico aqui a tarde inteira mostrando. Toda hora é isso aqui, é o dia inteiro, é o tal do apoio. Gente, é assim: “Me apoia com isso aqui?”. Vou apoiar. Monta em cima de mim aqui que vou te apoiar. Porque não tenho de onde tirar, uai. O único jeito que tem é tirando do salário.

Teve um dia que eu fiz uma soma, e só em um dia, se eu tivesse ajudado todo mundo que me pediu, teria dado R\$13.500,00. Em um dia, Heli, se eu tivesse ajudado todo mundo! Então, é para isso que quero chamar atenção, não adianta só apontar o dedo para o político porque ele é ladrão e desonesto, não, porque, muitas vezes, tem muito eleitor corrupto e desonesto. E é isso que a gente precisa mudar. Não é só cobrar os direitos, não, é fazer o dever também. Só assim é que a gente vai conseguir mudar a política. Isso que acontece comigo aqui, acontece em todo o Brasil, com vereador, com deputado federal, estadual. E é isso que precisa mudar. Eu não vim aqui só falar o que o povo quer ouvir, não. Eu vim aqui também para apontar o que está errado. E é essa a

minha função. Se eu ficar só quatro anos, não tem problema, não. Eu tenho varejão, vendo tomate, vendo banana, faço promoção de banana e volto para a região de cabeça erguida. Estou aqui de passagem. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Boa tarde a todos! Sr. presidente, estou gostando de vê-lo na presidência, tem dado oportunidade a todo mundo.

Eu o ouvi atentamente, deputado Cleitinho. V. Exa. precisa conversar com o governador, porque os deputados querem ajudar, sim, mas ele não aceita opinião dos deputados. Isso tem entristecido muito os deputados que querem colaborar com o governo. Viu, Cleiton? Você ouviu o que eu disse? Então, preste atenção. V. Exa. disse aqui que os deputados ficam cobrando, que todos o mundo fica cobrando. Todo mundo quer ajudar, mas o governo é que não quer. É preciso informar para ele que estamos aqui e que queremos ajudá-lo.

Por exemplo, essa questão da escola de tempo integral – subi aqui para falar disso – para mim, esse é o maior absurdo que o governo pode fazer, pois vai na contramão da evolução e da educação. Costumo dizer sempre isto: "Cada aluno que você tira do tempo integral é um risco que você corre de encontrá-lo, lá, na frente, no combate à criminalidade". Disse ontem, os pais têm que trabalhar, o orçamento familiar cresceu, não dá mais só para o pai nem só para a mãe trabalhar; ambos vão trabalhar, e aí ficam os filhos. A escola de tempo integral ajuda nisso. Segura esses meninos e os coloca em seus afazeres, em vez de eles ficarem nas ruas, sendo dominados. Costumo dizer que, quando você não adota o seu filho, o traficante faz isso. Quando você não toma conta do seu filho, quando você não tem a oportunidade de a escola fazer isso...

Recebi inúmeros telefonemas de Uberaba, Coronel Henrique. V. Exa. que é um *expert* nesse assunto, professor, entende dessa situação. Está numa batalha incansável pelas escolas cívico-militares, da qual sou inteiramente a favor. A disciplina precisa acontecer e começar nas escolas, no 1º ano, e é isso que a escola cívico-militar tem colocado. No Brasil, das primeiras 20 escolas, 17 são militares, 14 de Goiás. Isso é uma clara evidência da importância dessa forma de educação.

Sobre a escola de tempo integral, estou recebendo inúmeros telefonemas de diretores, de professores de Uberaba, Cristiano. Isso é importantíssimo. O governo tem de repensar essa questão. A secretária de Educação, que é do Rio de Janeiro, precisa repensar essa questão e viabilizar a continuidade das escolas de tempo integral. Mesmo que ele não consiga, que ele não queira voltar atrás, mas, pelo menos, cada cidade, todos os bairros têm que ter uma escola de tempo integral, para nos ajudar a combater a violência, a criminalidade, em médio e longo prazos. Só a educação, em médio e longo prazo, vai salvar este país. Os governos precisam entender que educação não é custo, é investimento. Às vezes, as pessoas dizem: "Você está muito com a cabeça do Partido dos Trabalhadores, porque ele diz isso". Não, estou defendendo a minha posição.

Hoje, vi uma matéria no jornal *O Tempo*, em que o governador do Rio, que considero o melhor desses novatos... Até porque ele quer matar bandidos e sou favorável que os bandidos recebam o que têm dado à população. No Rio de Janeiro, ele quer que o cara que está com fuzil na mão seja alvejado. Ora, ninguém vai andar com fuzil na mão se não for bandido, a não ser que seja policial. Eles não são policiais. Eles estão oferecendo risco, e quem oferece risco a terceiros precisa realmente ser abatido como o governo falou. Sou inteiramente favorável ao governador do Rio.

Mas não posso compactuar com essa questão. Por quê? Porque, se ficarmos apoiando o fim da escola de tempo integral, Virgílio, vamos ter esses meninos, lá na frente, e não vamos poder perguntar por que eles viraram bandido, pois não tiveram uma escola, não tiveram orientação, não tiveram a mão dos governantes os auxiliando. Por isso defendo a escola cívico-militar, que tem sido tão defendida pelo brilhante deputado Coronel Henrique.

O Coronel Henrique se posicionou primeiramente. Então, concedo-lhe aparte.

O deputado Coronel Henrique (em aparte)* – Muito obrigado, meu prezado amigo deputado Heli Grilo. Sobre as palavras que o senhor pronunciou a respeito da educação ser investimento, é realmente o nosso papel, como representante do povo de Minas Gerais, fazer valer a voz do povo nesta Assembleia.

É um discurso muito fácil para o político dizer que vai priorizar a educação. E quando me deparo especialmente com a temática da escola de tempo integral, que o senhor citou, muito me surpreende esse corte em Minas Gerais. Por quê? Porque quando discutimos o problema da Fapemig relativo a investimentos no ensino superior, a explicação do governo foi que a prioridade seria a educação básica. Também me surpreendi com os cortes que vêm ocorrendo na educação básica, com uma justificativa que muito me chamou a atenção, Sr. Presidente. Disseram que essas escolas em tempo integral não estavam refletindo positivamente nos resultados do Ideb.

Reporto-me à observação que o senhor fez a respeito das escolas cívico-militares. Se é para avaliar o Ideb, se é para considerar aquelas escolas que estão no topo do Ideb... O Ideb foi uma régua criada pelo governo para estabelecer o *ranking* das nossas escolas. Sendo assim, porque não utilizar o Ideb e aplicar, trazer para Minas Gerais o modelo da escola cívico-militar, que são as escolas que estão no topo do Ideb?

Aproveito a oportunidade, prezado deputado Delegado Heli Grilo, para esclarecer que a escola cívico-militar é somente mais uma opção no cardápio da nossa educação. Não existe o interesse de transformar todas as nossas escolas em escolas cívico-militares, mesmo porque não haveria militares para tantas escolas. E a ideia é justamente buscar um modelo de sucesso, criar um modelo de alto nível e trazer tudo de bom que reflete nos índices do Ideb para toda a educação, buscando, por meio desse modelo de alto nível, oportunidades de melhoria, boas práticas na educação que possam ser replicadas em todas as escolas do Estado, utilizando o modelo de sucesso registrado pelo próprio Ideb.

Registro minha solidariedade com V. Exa. quando fala sobre as escolas de tempo integral, que não deveriam, de forma alguma, ser tratadas e relegadas a segundo plano no nosso Estado. Muito obrigado.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Nobre deputado, citei o governador do Rio de Janeiro porque ele é contrário à recuperação fiscal. Ele acha que a recuperação fiscal que aconteceu no Rio de Janeiro não trouxe nenhum benefício ao Rio de Janeiro.

O deputado Cleitinho disse muito bem que a gente vem aqui fala, fala, fala, mas não aponta a solução. Estamos apontando uma solução para o governo: não acabar com as escolas em tempo integral. Vamos ver qual é a posição do governo em relação a isso. Como já disse, a secretária de Educação de Minas Gerais veio do Rio de Janeiro e falou que passou no concurso. Parece que alguém esteve com ela. Eu estive com ela, mas ela não me disse isso. Vou dizer uma coisa: se ela passou no concurso, se saiu de lá, se é tão boa assim e não tinha condição de trabalho lá, desculpe-me, mas o salário aqui não é suficiente para ela vir embora. Fui lá, acho até que ela é inteligente, mas quando chega com essa história de acabar com a escola em tempo integral, realmente é um balde de água fria em relação ao que buscamos, ou seja, melhorar a educação. Por isso, estamos aqui.

Tenho certeza de que o Partido dos Trabalhadores, representando aqui inúmeros partidos de esquerda, quando vê o resultado das escolas cívico-militares, como a de Goiás ... Das primeiras 20 escolas do Brasil, 17 são militares. Não estamos querendo transformar os nossos adolescentes e as nossas crianças em militares. Estamos querendo dar disciplina a esses meninos, para que eles se transformem em cultos, em personalidades importantes, pois este país será governado por eles. Nós teremos que viver alguns anos que serão governados pela juventude de hoje. Por isso, a minha preocupação. A educação tem que ser melhorada. Da forma como foi implantada, desculpe-me, mais uma vez, pelo Partido dos Trabalhadores e até pelo nosso finado Fernando Henrique... Digo “finado” porque que é o cara mais de esquerda que já existiu neste país. Ele fingiu ser de direita para ganhar as eleições, mas implantou muitas coisas erradas, principalmente com relação à educação.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Delegado Heli Grilo. Fico muito à vontade por este aparte em apoio às análises feitas por V. Exa, até porque, há pouco, falei aqui sobre a reestruturação fiscal, inclusive referindo-me

ao governador do Rio de Janeiro, que fez uma crítica aos dispositivos da legislação federal, da Lei Complementar nº 159, de 2017, que impôs ao Rio de Janeiro a privatização da Cedae. Alguns querem interpretar que isso seria o ponto de partida para a privatização da Copasa e da Cemig, o que seria um grande equívoco. Foi a equipe que disse.

Agora o ajuste fiscal é feito, queiram ou não as pessoas, cortando, por exemplo, o que está na frente. Isso é um erro. O ajuste ou a reestruturação fiscal têm de ser calculados. Se o governo pensa que deve focar no essencial – saúde, educação e segurança –, não pode nunca começar cortando aquilo que é essencial, que é a educação e, dentro dela, o seu patamar mais elevado, que é a educação em tempo integral.

Então, nesse sentido, quero dizer que o ajuste calculado, inteligente, que leva, inclusive, à recuperação através do crescimento e do aporte de investimentos onde pode render... Citei o caso aqui da geração de energia solar nos reservatórios da Cemig, em vez de aliená-los. Utilizá-los de uma maneira inteligente e lucrativa são ajustes necessários. Fico muito à vontade para aprovar e apoiar inteiramente o discurso de V. Exa., inclusive nas referências que fez às posições do meu partido, o PT, que, entre os grandes acertos que teve, evidentemente tem muitos na área da educação. Em nome disso, o agradeço. Mas o agradeço, sobretudo, pela clarividência do seu pronunciamento neste momento a respeito da atualidade de Minas Gerais.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Entendido. Eu estava olhando essa questão da recuperação fiscal. Se ela não deu certo no Rio, provavelmente não dará em Minas Gerais. Essa recuperação fiscal precisa ser analisada num contexto geral. O que ela traz de benefício à sociedade mineira? O que ela traz de benefício ao povo mineiro?

Sou inteiramente, como já disse aqui mais de uma vez... Quando à questão da Previdência, vai ter de haver modificação. Não dá para a Previdência continuar do jeito que está, porque, senão, daqui a uns tempos não teremos mais ninguém recebendo aposentadoria.

Sou parceiro de pessoas da esquerda que trabalham a questão da educação, mas uma educação, deputado, um pouco diferente da que vivemos até hoje. Viemos aí com uma metodologia de ensino que não deu certo. O governo da esquerda investiu três vezes na educação do que investiram os primeiros governos, e a educação só piorou. Só piorou! Hoje nós não temos... Como disse ontem, escolas públicas do passado aprovavam, em números, nos melhores vestibulares do País. Hoje o aluno da escola pública sai do quarto ano primário quase sem saber ler e escrever. A culpa não é dos professores. Os professores são excelentes pessoas e tentam ajudar, mas a disciplina desses alunos, até pelo local onde vivem, não chega às escolas; chega apenas a indisciplina. “Ah, aluno tem direito de questionar, de contestar”. Em vez de questionar eles passaram a enfrentar os professores.

Então, ficamos muito preocupados com essa questão da escola de tempo integral. Acho que nós, deputados, temos de nos unir e buscar um resultado, uma resposta do governo que seja positiva e favorável aos nossos municípios mineiros. Estou falando aqui porque recebi hoje um telefonema da diretora da Escola Estadual Leandro Antônio de Vito, em Uberaba, onde tirei o quarto ano primário, dizendo que está acabando o tempo integral. Ela fica numa região onde há uma classe menos favorecida. São pessoas fantásticas e trabalhadoras, mas que não têm o poder aquisitivo que há em outras localidades. Estou falando disso em Uberaba – e há várias escolas lá. Por isso eu disse, Coronel Henrique, que, pelo menos, uma em cada região tinha de ser mantida, para colocar essas crianças a fim de estudarem numa escola de tempo integral.

Devolvo-lhe a palavra, Sr. Presidente, e agradeço o tempo a mim concedido e o aparte do Coronel Henrique e do Virgílio Guimarães.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Coronel Henrique* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o motivo principal que me traz a esta tribuna neste momento é anunciar que o Exército Brasileiro, na 4ª Região Militar, tem um novo comandante: assumiu o comando da 4ª Região Militar, a região das Minas de Ouro, o general de divisão Polsin, que veio de Brasília, do Comando de Operações Terrestres, para assumir a nossa 4ª Região Militar, região tradicional, responsável pelo comando de todas as unidades do Exército situadas no

território de Minas Gerais. Dentre elas, destaco unidades importantes e unidades históricas que participaram da Segunda Guerra Mundial, como o nosso 11º Batalhão de Infantaria, em São João del-Rei, o nosso 10º Batalhão de Infantaria, em Juiz de Fora, os nossos batalhões em Uberlândia, as nossas unidades em Sete Lagoas, Montes Claros e Itajubá, a nossa tradicional Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações. Um sem-número de militares são subordinados hoje ao nosso comandante Gen. Polsin. Como primeiro coronel do Exército, na história da Assembleia Legislativa, exercendo mandato de deputado estadual em Minas Gerais, deixo aqui ao Gen. Polsin todo o meu apoio, todo o meu apreço. Que o Exército Brasileiro conte com um representante que, pela primeira vez, permite que as Forças Armadas tenham uma voz ativa aqui na Assembleia Legislativa. Sucesso nessa nobre missão de comandar as nossas Minas de Ouro, as nossas Minas Gerais.

Em um segundo momento, Sr. Presidente, eu gostaria de reafirmar as palavras do deputado Delegado Heli Grilo com relação aos investimentos em educação. Tenho dito, prezado deputado Virgílio Guimarães, que a educação não é a melhor solução, a educação é a única solução. Temos que priorizar sempre o investimento real na nossa juventude, que será, como nos disse o nosso prezado deputado, os nossos governantes do futuro. Se não investirmos na nossa juventude, se não investirmos na formação intelectual e na formação moral dos nossos jovens, a nossa nação caminhará para o fracasso.

A educação, sem dúvida nenhuma, será sempre o ponto basilar para a evolução de uma nação. E trago aqui os importantes dados obtidos por meio do Pisa, que avalia o ensino internacionalmente. Chamou-me muito a atenção, no último relatório, que dados relativos tanto aos Estados Unidos da América quanto à Coreia do Sul indicaram como principal vetor de qualidade no ensino a disciplina. Isso não foi considerado dentro de escolas militares, mas, sim, por meio de um questionário feito entre os alunos e os professores. Dentre os valores que refletiram os melhores índices educacionais, estava a disciplina. As escolas onde a disciplina era considerada uma prioridade, um pilar, foram aquelas que, internacionalmente, apresentaram os melhores resultados.

Por meio da disciplina dos nossos jovens, estaremos beneficiando especialmente, prezada deputada Leninha, os nossos professores, que hoje estão carentes de respeito em sala de aula, carentes de valorização pelos nossos governantes. Digo que, às vezes, o aumento de salário tem um custo, mas o respeito e a disciplina em sala de aula não têm custo nenhum. A educação com os nossos professores, a disciplina dos nossos alunos não envolvem custo nenhum, são somente a valorização de pilares básicos da nossa sociedade com relação à educação e à cidadania.

Portanto, reitero a minha bandeira, que será sempre a defesa de uma educação de qualidade para que possamos transferir boas práticas da educação para todas as escolas do nosso estado. A nossa Constituição define a nossa educação com pluralidade, e, assim, devemos oferecer oportunidades para que todos os pais, todos os jovens possam estudar naquelas escolas em que eles assim desejarem. Portanto, neste novo cardápio da educação que o governo federal oferece a partir das escolas cívico-militares, não podemos privar a nossa sociedade dessa oportunidade.

Venho aqui dar um testemunho como pai. Tenho um filho aluno do Colégio Militar de Belo Horizonte. O meu sonho na política é poder permitir que cada pai deste estado tenha a oportunidade que eu tive de oferecer uma vaga num colégio cívico-militar para o seu filho. Esse pai que deseja isso terá em mim um representante e um guerreiro fiel nesta minha tarefa. Entrei para a vida pública, aceitei esse desafio para oferecer a cada família as oportunidades que a minha teve, a felicidade de ter um filho sendo educado e formado em um colégio militar.

Portanto, repito aqui que a educação não é a melhor solução. A educação é a única solução para que consigamos evoluir efetivamente como nação.

Outro tema que me é muito caro também, como presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, é a produção no nosso estado. Tive a oportunidade... Agradeço aqui à secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do nosso estado, a Sra. Ana Valentini, que me convidou ontem para estar na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento para receber, em primeira mão, um projeto que, através de um ofício, solicitei à Secretaria de Agricultura, por intermédio da nossa Comissão de Agropecuária e

Agroindústria, que fosse viabilizado dentro daquela secretaria. Esse projeto ganhou o nome de Flores para Brumadinho. Brumadinho precisa de uma nova opção na sua agropecuária. Aquela região, devastada pela tragédia do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, teve mais de cento e quarenta produtores com toda a sua produção comprometida. A minha tarefa junto à Secretaria de Agricultura é buscar resgatar a agricultura familiar daqueles produtores.

Vejo aqui a prezada deputada Leninha, uma defensora da agricultura familiar, que militou e milita fortemente nessa área no nosso querido Norte de Minas. É uma defensora da agricultura familiar. Certamente, deputada Leninha, tenha em mim um representante não só do agronegócio, da ponta da produção do nosso Estado, mas da também agricultura familiar, que será sempre uma viabilidade de renda e de dignidade para o nosso homem do campo. Brumadinho sofre muito com tudo isso. Por intermédio do projeto Flores para Brumadinho, que está sendo desenvolvido pela nossa Epamig, em parceria com a Emater, com universidades, vamos possibilitar esse revigorar do agronegócio em Brumadinho, da agricultura naquele município por meio do fomento a nossa floricultura, que é tratada de forma muito profissional por especialistas no assunto.

Fico muito feliz de trazer a este Plenário esta notícia de que o Estado, por meio da Secretaria de Agricultura, está apoiando esse projeto. Aí, deputado Heli Grilo, tenho dito que a secretária de Agricultura ouviu a voz desta Assembleia, porque ouviu o meu apelo para que isso fosse levado adiante através de uma nova oportunidade para os nossos agricultores familiares de Brumadinho. Tenho certeza de que a deputada Leninha tratará desse assunto.

A deputada Leninha (em aparte)* – Obrigada, deputado, caros colegas. É uma alegria também tê-lo como presidente da comissão. Sei que tem feito um belíssimo trabalho lá, convocando audiência pública e debates. Acreditamos num estado que não marginalize um setor que é tão importante para a segurança alimentar e que, acima de tudo, crie condições efetivas, fomento, assistência técnica, investimento para esse setor, que é tão importante.

Hoje realizamos a primeira reunião do Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural, que foi um conselho fundamental, e continua sendo, não só para fazer o controle social das políticas públicas para a agricultura familiar, mas, acima de tudo, para formular. É uma representação bastante significativa do Estado das grandes articulações.

Nesse conselho tem a Articulação Mineira da Agroecologia, a Articulação Semiárido Mineiro, a Ocemg, a Unicafes, que é a União das Cooperativas da Agricultura Familiar, os movimentos, como o MPA, a Via Campesina, o movimento das mulheres do campo, além da representação do governo. Então, esse conselho se reuniu pela primeira vez neste governo – a secretária também esteve presente – e isso é um bom sinal, porque é nesse espaço que a gente faz o debate sobre o modelo de agricultura familiar, agroecológica, de produção orgânica. Sabemos que a gente trava esse debate com uma política de redução de agrotóxicos, entendendo que é fundamental produzirmos alimentos saudáveis e sustentáveis que vão para a mesa das pessoas com mais qualidade e, acima de tudo, garantindo essa segurança alimentar que é tão importante.

Quero apenas destacar que esse projeto de Brumadinho é uma excelente iniciativa. Já falamos nesta Casa que não adiantava ficarmos sensibilizados, lamentando o ocorrido, mas o que podemos fazer com as populações, com as comunidades que sofreram violentamente com o crime da Vale lá em Brumadinho? Então, estão de parabéns por essa iniciativa! Vi em algum lugar o pessoal pedindo para levar sementes de girassóis, sementes diversas para compor esse projeto que é tão importante. É fundamental a gente continuar assim, não perdendo de vista, não se esquecendo do que aconteceu, não abandonando as pessoas. De fato é preciso repensar a reestruturação da produção agrícola e familiar com as famílias que tinham muitas hortas que abasteciam o mercado local e o entorno – a horticultura – e criavam pequenos animais. Então eu acho fundamental que, na comissão e na própria secretaria, a gente tenha planos para reestruturar a vida das famílias no campo da produção da agricultura familiar e possa ter fomentos e de fato investimentos específicos nessa região, para continuar fortalecendo esse modelo baseado também na produção de alimentos a partir da agricultura familiar. Muito obrigada pelo aparte.

O deputado Coronel Henrique – Muito obrigado, deputada Leninha. Aproveito, antes de encerrar, para convidar todos, especialmente V. Exa., para a audiência pública que realizaremos na próxima terça-feira, na Comissão de Agropecuária e Agroindústria, justamente para tratar desse tema das possibilidades para o pessoal de Brumadinho relacionado com a agroindústria, com o agronegócio, com a agropecuária, porque, no fundo, no fundo, todo pequeno produtor quer ser um grande produtor. E nós temos que lidar não só com a sustentabilidade e a sobrevivência desses produtores, mas também temos que possibilitar que um dia ele sonhe em ser um grande produtor. O Estado tem de estar preparado para isso através de assistência técnica, valorizando os nossos órgãos de extensão, especificamente a nossa gloriosa Emater, que tanto trabalha para o nosso produtor de Minas Gerais. Pois não, deputada.

A deputada Leninha (em aparte)* – Desculpe, deputado. Além da Emater, empresa fundamental que nos acompanha, também temos a Epamig, que é uma empresa de pesquisa. A gente inclusive fica sempre pautando a Epamig para fazer investimentos, pesquisas e desenvolvimento também para a agricultura familiar, já que nós sabemos que a grande agricultura sempre teve muito aporte da Embrapa e da própria Epamig. Então, recentemente, a gente está tendo essa oportunidade de discutir quais são as pesquisas e as inovações tecnológicas que a gente quer que a Epamig também desenvolva. Mas quero apenas aproveitar para dizer às pessoas que nos acompanham que amanhã haverá uma audiência pública sobre a reforma da Previdência na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais aqui na Assembleia, às 9 horas. Todo mundo está convidado. Vamos discutir o assunto, porque há dois elementos na reforma que têm preocupado a sociedade brasileira, que é a história do Loas, do BPC, e dos trabalhadores rurais, que são segurados especiais. A reforma vem incidir diretamente na vida de cada um e de cada uma. Então, por isso, todo mundo está convidado para participar dessa audiência. Muito obrigada, mais uma vez, pela concessão da palavra.

O deputado Coronel Henrique* – Pois não. Reforço esse projeto Flores para Brumadinho através de uma parceria muito firme com a Epamig. Inclusive existe a previsão, caso consolidado e aprovado esse projeto, de que uma estação experimental de floricultura da nossa Epamig seja instalada em Brumadinho. Nessa reunião estiveram presentes a Secretaria de Agricultura do município e também a presidência da Associação de Moradores do Córrego do Feijão, além do técnico responsável pela assistência técnica naquela área.

Acredito que, por meio do planejamento e do entendimento do Executivo e ouvindo especialmente a nossa Comissão da Agropecuária e Agroindústria desta Casa, conseguiremos contribuir para a evolução do nosso estado, especialmente em relação ao agronegócio. Realmente, por meio do agro Minas Gerais conseguirá sair desta crise. Não há dúvida nenhuma de que a sociedade mineira precisa respeitar o nosso produtor rural. A sociedade mineira precisa saber que mais de 50% do PIB nacional estão relacionados ao nosso agronegócio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela palavra.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/4/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Cristina Pessoa, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

exonerando Cláudia Regina Silveira Gusmão, padrão VL-54, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

exonerando Genito Pires do Amaral, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

exonerando Leonardo Alves de Lima, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

exonerando Marcos Tulio da Costa Ignacio, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

exonerando Maria Angélica Andrade Souza, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

exonerando Roberto Márcio de Ornellas Magalhães, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

exonerando Sueli Teixeira Gomes Miranda, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

nomeando Antonio de Padua Cardoso Filho, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

nomeando Caio Alberto Silveira Vieira, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Cláudia Regina Silveira Gusmão, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

nomeando Genito Pires do Amaral, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Jhennifer Stephanye Venturato Vieira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Leonardo Alves de Lima, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

nomeando Luiza Machado de Oliveira Menezes, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Marcos Tulio da Costa Ignacio, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

nomeando Maria Angélica Andrade Souza, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Roberto Márcio de Ornellas Magalhães, padrão VL-53, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Sueli Teixeira Gomes Miranda, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Theofilo Pereira, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Leite.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 39/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 3/5/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para aquisição de materiais elétricos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

(Constituição Estadual, art. 73 § 3º, incluído pela EC nº 61 de 23/12/2003)

Unidade Orçamentária: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS 1º TRIMESTRE DE 2019

(Em reais)

Cargo/Função	JANEIRO	Qtde	FEVEREIRO	Qtde	MARÇO	Qtde	Total Trimestre	Qtde Média
Membros do Poder	1.949.813,25	77	1.949.813,25	77	1.949.813,25	77	5.849.439,75	77
Efetivos	21.188.058,70	958	21.187.935,22	946	20.501.731,69	945	62.877.725,61	950
Cargo de Recrutamento Amplo	20.667.868,73	2.373	14.612.844,26	1.946	18.135.943,20	2.089	53.416.656,19	2.136
Inativos	29.279.759,99	1.232	29.688.273,04	1.243	29.698.209,61	1.244	88.666.242,64	1.240
Pensionistas	157.747,17	10	157.747,17	10	157.747,17	10	473.241,51	10
Policiais Cívicos e Militares	48.356,19	14	30.076,38	11	29.226,08	7	107.658,65	11
SUBTOTAL	73.291.604,03	4.664	67.626.689,32	4.233	70.472.671,00	4.372	211.390.964,35	4.423
Patronal	8.885.789,14		7.907.913,69		8.275.377,98		25.069.080,81	
TOTAL	82.177.393,17		75.534.603,01		78.748.048,98		236.460.045,16	

NOTA EXPLICATIVA: Consideradas as despesas empenhadas e efetivamente realizadas no exercício de 2019.

Deputado Agostinho Célio Andrade Patrus, presidente – Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral – Theophilo Moreira Pinto Neto, diretor de Recursos Humanos – Antoninho Rodrigues Goulart, diretor de Finanças.

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO 1º TRIMESTRE DE 2019

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual

(Valores empenhados em Reais)

AGÊNCIA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TRIMESTRE
Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

(Em Reais)

AGÊNCIA	EMPENHADO NO TRIMESTRE	LIQUIDADADO NO TRIMESTRE	PAGO NO TRIMESTRE
Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	0,00	2.608.855,43	2.763.685,29
TOTAL GERAL NO 1º TRIMESTRE/2019	0,00	2.608.855,43	2.763.685,29

Deputado Agostinho Célio Andrade Patrus, presidente – Deputado Luiz Tadeu Martins Leite, 1º-secretário.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/3/2019, na pág. 35, onde se lê:

“exonerando Andresa Oliveira Santos Resende”, leia-se:

“exonerando, a partir de 1º/4/2019, Andresa Oliveira Santos Resende.”.